



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638635 - SP (2021/0001431-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA BOIATI - SP207765
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONALDO DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RONALDO DE LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0023498-77.2020.8.26.0050).

O paciente "é reincidente e cumpre pena de 27 anos e 03 meses de reclusão, em regime fechado, pela prática dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, associação para o tráfico, homicídio qualificado e coação no curso do processo, com término da reprimenda previsto apenas para 20/09/2029" (fl. 31).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, porquanto ausente fundamentação idônea para indeferimento da progressão ao regime semiaberto, não servindo as circunstâncias do delito praticado como razão à vedação do benefício. A propósito, consigna:

A lei é clara quando estabelece como requisitos para a progressão o cumprimento de determinados lapsos de pena, bem como boa conduta carcerária.

No caso sob análise, além do bom comportamento carcerário, há exame criminológico que respalda a decisão de progressão de regime.

A análise das circunstâncias do crime escapa ao âmbito da execução penal, pois aqui se tem em vista o comportamento e a conduta do sentenciado durante o cumprimento de sua pena. Diante de um exame criminológico favorável, não cabe ao Juízo da Execução valorar as circunstâncias do crime praticado.

São apenas dois os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado: o temporal, relativo ao cumprimento do lapso exigido e o mérito do condenado, consistente no bom comportamento carcerário. Ambos foram, pois, absolutamente preenchidos e comprovados.

Impor obstáculos à obtenção de um direito público e subjetivo sem respaldo em lei seria inserção indevida no âmbito do Poder Legislativo

– o que é defeso ao Judiciário, que cuida de aplicar a lei, com interpretação pautada na Constituição da República.

Requer, liminarmente, a sustação dos "efeitos da decisão impugnada até o julgamento do mérito do presente *writ*" e, no mérito, a concessão da "ordem para reestabelecer a decisão que deferiu a progressão de regime" (fls. 7-8).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente